



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0291212-5

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000527-46.2011.8.17.0800

COMARCA : Itaquitinga – Vara Única
APELANTES : Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laise Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. TENTATIVA. CONCURSO DE PESSOAS. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. ABSOLVIÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA. INACOLHIMENTO. PENAS-BASES FIXADAS APÓS A ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E DE AUMENTO ACERTADAMENTE APLICADAS. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não merece reforma, e conseqüente absolvição dos apelantes, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – Descabe reforma a decisão que estabelece o *quantum* das penas-bases em patamar acima do mínimo legal devidamente fundamentada, em observância aos critérios previstos no art. 59, do Código Penal.

III – Apelo a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apeação Criminal nº 0291212-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de maio de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0291212-5

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000527-46.2011.8.17.0800

COMARCA : Itaquitinga – Vara Única
APELANTES : Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Marcelo Candido da Silva, conhecido por "Morceção", **Flávio Henrique Gomes dos Santos**, conhecido por "Rico", e **Luiz Abednego de Oliveira Silva**, conhecido por "Hemodiálise", foram denunciados (fls. 2/4) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II¹, c/c o art. 14, inciso II², ambos do Código Penal.

Narra a peça acusatória que *no dia 20 de novembro de 2011, por volta das 10h, na estrada do Engenho Poço, zona rural de Itaquitinga, neste Estado, os denunciados, em comunhão de ações e designios, utilizando arma de fogo, tentaram assaltar Geraldo José da Silva, não conseguindo o intento por circunstâncias alheias às suas vontades.*

Concluída a instrução criminal, a magistrada sentenciante condenou os denunciados nos termos da denúncia, aplicando, com relação a Luiz Abednego de Oliveira Silva, a pena definitiva de 2 (dois) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente aberto.

Com relação a Marcelo Candido da Silva e a Flávio Henrique Gomes dos Santos, a togada monocrática aplicou, para cada um, a pena-base de 6

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)

² Art. 14 - Diz-se o crime: (...)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

(seis) anos de reclusão, a qual foi reduzida em 4 (quatro) anos em aplicação à regra da tentativa e elevada em 9 (nove) meses em aplicação às majorantes do emprego de arma e do concurso de pessoas, resultando nas penas definitivas de 2 (dois) anos e 9 (meses) de reclusão, a serem cumpridas no regime inicialmente aberto, conforme sentença de fls. 150/156.

Inconformados, somente **Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos** interpuuseram recurso apelatório (fl. 177), oferecendo razões recursais às fls. 179/181, em que pugnam por absolvição, ao argumento de insuficiência de provas a embasar a condenação, e, alternativamente, pela aplicação das penas no mínimo legal e fixação de regime inicial de cumprimento de pena mais brando.

O Ministério Público de 1ª Instância ofereceu contrarrazões às fls. 183/185, pugnando pelo improvimento do recurso, com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofereceu parecer (fls. 196/207) opinando pelo improvimento do apelo.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 03 de Janeiro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
221
PB.
30

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0291212-5
PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000527-46.2011.8.17.0800
COMARCA : Itaquitinga – Vara Única
APELANTES : Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

Cuida-se de tempestivo recurso apelatório em que os apelantes Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos pugnam por absolvição, ao argumento de insuficiência de provas a embasar a condenação, e, alternativamente, pela aplicação das penas no mínimo legal e fixação de regime inicial de cumprimento de pena mais brando.

A materialidade do crime se encontra demonstrada no auto de prisão em flagrante delito de fls. 6/11.

No tocante à autoria, objeto da presente insurgência recursal, vejamos os depoimentos colhidos nos autos:

Perante a autoridade policial, o condutor **Maysson Martins da Silva** afirmou (fl. 6):

"(...) Que, no dia de hoje, por volta das 18:00 horas, o depoente se encontrava de serviço realizando rondas ostensivas no Centro da cidade de Itaquitinga, juntamente com seu companheiro Sd Gleidson, quando receberam ligações anônimas informando que três indivíduos estavam praticando roubos na área rural de Itaquitinga e que os mesmos estavam indo em direção ao Bar do Cória, em Itaquitinga; que o depoente juntamente com o colega se dirigiu ao citado bar e lá encontraram os três autuados; que, ao revistá-los, não encontram nenhuma arma com os mesmos, mas a descrição dos indivíduos pelas ligações anônimas batiam com as dos autuados; que encaminharam os três a DP de Itaquitinga para averiguações e lá constataram que os três já tinham "passagem" na polícia; que foram juntamente com o agente de polícia Hailton Fábio tentar encontrar alguma testemunha ou vítima dos autuados, até que souberam da vítima Geraldo José da Silva; que a vítima foi encaminhada até à DP de Itaquitinga, onde lá reconheceu, por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

meio de fotografias, o 1º conduzido, Luiz Abednego de Oliveira Silva, "Hemodiálise", e os outros dois pelas vestimentas; (...)"

O agente de polícia **Hailton Fábio Gonzaga da Silva**, perante a autoridade policial, afirmou (fl. 7):

"(...) Que, no dia de hoje, por volta das 18:00 horas, o depoente se encontrava de serviço na DP de Itaquitinga, quando policiais militares chegaram com os três autuados, acusados de cometerem assaltos na localidade; que o depoente juntamente com os policiais militares foram em busca de prováveis vítimas dos mesmos; que encontraram o Sr. Geraldo José da Silva, que chegando à Delegacia a vítima Geraldo José da Silva reconheceu o 1º conduzido Luiz Abednego de Oliveira Silva, "Hemodiálise"; que os outros dois conduzidos, a vítima reconheceu pelas vestes, já que estavam com o rosto coberto pelas camisas e só o 1º conduzido estava de "cara limpa"; (...)"

A vítima **Geraldo José da Silva**, ao ser ouvido perante a autoridade policial, relatou (fl. 8):

"(...) que no dia de hoje, por volta das 10:00 horas, o declarante seguia em sua motocicleta com destino à sua residência, quando ao passar pelo Engenho Poço, três indivíduos se levantaram de dentro de uma vala que fica à margem da estrada e anunciaram um assalto; que os três indivíduos morenos estavam com o rosto coberto por uma camisa cada um, enquanto que o galego estava com o rosto descoberto; que o assaltante galego envolvido nesta ocorrência, o declarante já conhecia de vista e sabe que se trata da pessoa conhecida por Hemodiálise; que o declarante afirma que sempre vê esta pessoa na cidade de Itaquitinga; que apesar de mandarem o declarante parar o veículo avisando que era um assalto, o declarante fez a volta em sua moto e saiu em alta velocidade; que o declarante quando fazia a volta em seu veículo escutou quando um dos indivíduos morenos gritou: Atira nele! Atira nele!, que o declarante ainda viu que um dos rapazes morenos, o que era mais alto, portava uma arma de fogo do tipo espingarda; que, por volta das 19:00 horas, um agente de polícia chegou a residência do declarante para saber do ocorrido, informando que suspeitos haviam sido detidos e se encontravam na Delegacia de Itaquitinga; que quando o declarante chegou a Delegacia de logo reconheceu a pessoa de Hemodiálise como sendo um dos assaltantes que tentaram lhe roubar e os outros dois morenos vestiam as mesmas roupas e tinham as mesmas características dos morenos que o acompanhavam no momento do crime; que o declarante foi convidado a vir a esta Delegacia e, por ter a certeza de se tratarem dos assaltantes que tentaram lhe roubar, decidiu vir a esta Delegacia e contar todo o ocorrido; (...)"

Em juízo, a vítima considerou (fls. 131/132): *"(...) Que não tem dúvida que os três assaltantes são os três réus presos. Que os acusados quando*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

foram presos estavam usando as mesmas roupas que vestiam no momento do assalto. (...)”

Ao serem ouvidos em juízo, os policiais **Maysson Martins da Silva** e **Hailton Fábio Gonzaga da Silva** confirmam os depoimentos prestados perante a autoridade policial (fls. 132/133).

Interrogados perante a autoridade policial (fls. 9, 10 e 11) e em juízo (fls. 133 e 134), os apelantes negaram a autoria delitiva, tendo Luiz Abednego e Marcelo afirmado que chegaram ao bar de Cória por volta das 9h. Todavia, o proprietário do bar, João Francisco do Nascimento, ao prestar depoimento em juízo, afirmou que os referidos sentenciados chegaram ao bar por volta das 10h ou 10h30, ou seja, logo após o cometimento do delito (fl. 133).

Não foram ouvidas testemunhas de defesa.

As provas carreadas aos autos evidenciam, sem dúvida alguma, que os apelantes, em comunhão de vontades, praticaram o crime em tela, não merecendo acolhimento, pois, o pedido de absolvição formulado.

No tocante ao pedido de redução da pena aplicada, melhor sorte também não socorre aos apelantes.

Vejamos o que considerou a magistrada sentenciante ao fixar a pena-base dos dois apelantes após a análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal (fls. 154/155):

“(...) O réu agiu com plena consciência da ilicitude da sua atuação, é imputável, deveria ter agido de modo diverso do que efetivamente logrou agir, atuando com dolo direto, restando presentes, portanto, todos os requisitos da culpabilidade. O réu é reincidente, possuindo condenação definitiva pelo crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (fl. 149). A sua conduta social não pode ser avaliada. A sua personalidade demonstra ser voltada para a prática de crimes contra o patrimônio. A motivação do crime não foi declarada. As circunstâncias do crime lhe são desfavoráveis, mas já consideradas como causas de aumento de pena. As consequências do delito não foram graves, visto que nenhum bem foi subtraído da vítima. A vítima não contribuiu com o seu comportamento para a prática do delito. Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, ao comportamento da vítima, assim como com fundamento no artigo 49 do Código Penal, fixo a pena base para o acusado em 6 (seis) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa. (...)”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Constato que a togada monocrática analisou minuciosamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, aplicando a pena-base em patamar acima do mínimo legal, levando-se em conta, notadamente, a personalidade dos apelantes voltada à prática de crimes, não merecendo, pois, qualquer reparo.

Aplicou, ainda, a magistrada sentenciante, vale dizer, no patamar máximo (dois terços), a causa de diminuição da tentativa e, no patamar quase mínimo, as majorantes previstas no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP, resultando em pena definitiva por demais razoável quando se leva em conta a contumácia dos apelantes na prática de delitos.

À propósito, trago à colação julgado do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTAÇÃO. SISTEMA TRIFÁSICO RESPEITADO.

1. Está comprovado que no caso concreto ocorreram circunstâncias judiciais desfavoráveis - condenações transitadas em julgado, consideradas como maus antecedentes - reconhecidas por intermédio de fundamentação idônea, que, por si só, justifica a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

2. A jurisprudência firmada por esta Corte é no sentido de que "somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode esta Corte reexaminar o decisum em tal aspecto", o que não se aplica ao caso dos autos.

3. O aumento da pena-base acima do mínimo legal foi justificado de maneira razoável, em razão de dados concretos. Além disso, foram respeitados os critérios da discricionariedade juridicamente vinculada, inexistindo, assim, qualquer deficiência na dosimetria da pena, que foi fixada em atenção ao sistema trifásico adotado pelo Código Penal.

4. Ordem denegada. (HC 136.296/MG, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 20/03/2012)"

Desse modo, tenho como irretracáveis as penas aplicadas aos apelantes.

Mantenho o regime inicialmente aberto, haja vista que inalteradas as penas aplicadas e aplicado acertadamente na forma do art. 33, § 2º, alínea "c", do CP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego** provimento ao apelo, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, *21* de *março* de 20*13*.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº	0291212-5
COMARCA:	ITAQUITINGA
VARA:	VARA ÚNICA
APELANTES:	MARCELO CANDIDO DA SILVA E FLÁVIO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO:	EDUARDO CUNHA ALVES DE SENA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR SUBSTITUTO:	JUIZ- PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
RELATORA:	DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA
REVISOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de Apelação interposto pela defesa dos acusados em face da sentença de **fls. 150/156** que condenou **Marcelo Candido da Silva e Flávio Henrique Gomes dos Santos** à pena de 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime aberto, ambos por infração ao **art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal**.

Às fls. 179/181, a defesa punga pela absolvição dos Apelantes ao argumento de que inexistem nos autos provas suficientes para embasar a condenação; **alternativamente**, requer a diminuição da pena para o mínimo legal e a modificação do regime prisional.

Muito embora tenham os Apelantes na fase inquisitiva (**fls. 09/11**) e em Juízo (**fls. 133/134**) negado a autoria delitiva, a vítima **Geraldo José da Silva**, ao prestar depoimento durante a instrução criminal, como se vê, às **fls. 131/132**, declarou: "(...) *Que não tem dúvida*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



que os três assaltantes são os três réus presos. Que os acusados quando foram presos estavam usando as mesmas roupas que vestiam no momento do assalto. (...)"; corroborando o seu depoimento prestado perante a autoridade policial.

O policial militar **Maysson Martins da Silva** responsável pela prisão dos acusados, relatou: "*(...) que o depoente juntamente com o colega se dirigiu ao citado bar e lá encontraram os três autuados; que ao revistá-los, não encontraram nenhuma arma com os mesmos, mas a descrição dos indivíduos pelas ligações anônimas batiam com a dos autuados; que encaminharam os três a DP de Itaquitinga para averiguações e lá constataram que os três já tinham 'passagem' na polícia; (...) que a vítima foi encaminhada até à DP de Itaquitinga, onde lá reconheceu, por meio de fotografias, o 1º conduzido, Luiz Abednego de Oliveira, "Hemodiálise" e os outros dois pelas vestimentas; (...).*" (fls. 06). Grifei.

Na mesma trilha foi o depoimento do também policial militar **Hailton Gonzaga da Silva (fls. 07)**, salientando que os referidos depoimentos foram confirmados, em Juízo, às **fls. 132/133**.

Portanto, não há que se falar em insuficiência de provas como pretendido pela defesa.

Quanto ao pedido de diminuição da pena para o mínimo legal cabível à espécie, também este não merece prosperar.

Na espécie, mais precisamente às **fls. 154/156**, a Magistrada sentenciante ao tratar da dosimetria das penas dos Apelantes, o fez após



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



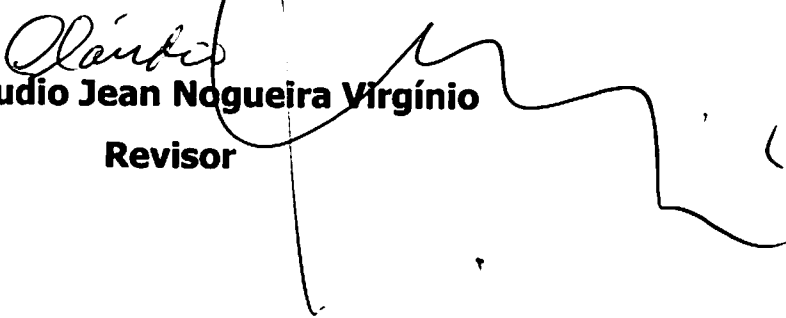
análise detida de todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, considerando como desfavorável aos réus a personalidade destes voltadas para o crime, pois ambos são reincidentes pela prática de delitos contra o patrimônio, conforme certidão, às **fls. 149**, o que motivou a fixação da pena-base em patamar acima do mínimo legal permitido, mas em decisão devidamente fundamentada.

Cumpre ainda registrar, por oportuno, que foi aplicada aos réus, em seu patamar máximo, a causa de diminuição de pena pela tentativa (art. 14, inciso II do CP), *in casu*, 2/3 (dois terços) e em patamar muito próximo ao mínimo legal, quanto às majorantes do art. 157, § 2º, incisos I e II do CP, resultando a pena em definitivo em 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão suficiente e adequada para a prevenção e repressão do crime.

O regime inicial de cumprimento determinado pela magistrada *a quo* deve ser mantido, vez que em pleno atendimento aos comandos inseridos no art. 33, § 2º, alínea "C" do CP e ainda ser o mais benéfico para o cumprimento das penas privativas de liberdade, portanto irreparável.

Diante de todo o exposto, VOTO concordando com o Relator, para NEGAR PROVIMENTO aos Apelos, juntando meu voto em 3 (três) laudas.

Recife, 21.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor